

SC04. Formação de Professores
Almair Morais de Sá

ELITIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Damaris Nobre Almeida¹
Dorgival Golçalves Fernandes²

RESUMO

O presente artigo traz algumas considerações em torno da evolução da educação Brasileira entre o período colonial até o período da educação popular, também conhecido como Quarta República. Abordam-se ideias acerca da elitização e democratização da Educação Brasileira. O referido tem como objetivo geral elencar discussões acerca dos marcos históricos ocorridos na educação brasileira entre o período colonial até o período quarta república e tem como objetivo específico compreender os processos evolutivos da educação brasileira entre o período colonial até o período da educação popular. Para isso a metodologia utilizada foi um estudo bibliográfico, onde foram apresentadas discussões a respeito da educação brasileira nesse período de tempo, já citados acima, a partir da visão de alguns teóricos. Após o estudo realizado concluiu-se que durante o período Colonial, Imperial, Primeira República, Segunda República, Estado Novo e Quarta República, ocorreram muitas mudanças na educação Brasileira. Durante o período colonial e imperial a educação Brasileira era reservada apenas para a elite, com o surgimento de ideias sobre a democratização da educação, que começou na primeira República, a educação passou a ser gratuita obrigatória e para todos.

Palavras-Chave: Educação; História; Ensino.

INTRODUÇÃO

O presente artigo traz algumas considerações em torno da evolução da educação Brasileira entre o período colonial até o período da educação popular, também conhecido como Quarta República. Abordam-se ideias acerca da elitização e democratização da Educação Brasileira. Assim compreende-se que a educação elitista é um processo que exclui a maioria e forma a minoria. O acesso à escola era dificultado ao pobre, assim restava apenas uma pequena elite que tinha acesso à educação. Vale ressaltar que não era toda a elite que tinha acesso a educação porque a mesma era exemplo de poder e sabedoria por isso as mulheres e os primogênitos, durante muito tempo da história educação, não podiam estudar, com isso surgiu no campo educacional desigualdades educacionais provocadas por desigualdades socioeconômicas. A educação era um privilegio onde poucos desfrutavam.

¹ ALMEIDA, Damaris Nobre. Graduanda em Pedagogia. damarisnobre@gmail.com

² FERNANDES, Dorgival Golçalves. Doutor em educação.

O estudo tem como objetivo elencar discussões acerca dos marcos históricos ocorridos na educação brasileira entre o período colonial até o período quarta república. A metodologia utilizada foi um estudo bibliográfico, onde foram apresentadas discussões a respeito da educação brasileira nesse período de tempo, já citados acima, a partir da visão de alguns teóricos. Os autores que deram aporte teórico a este estudo foram: Pilleti (1991), Aranha (2006), Rodrigues (1986) e Paiva (1973).

1. ELITIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A educação brasileira teve início no período colonial que vai de 1549 a 1822, sendo administrada pelos jesuítas. A educação no período colônia era voltada para a formação da elite. Em 1549 começa o processo de colonização no Brasil e para este chega ao Brasil o primeiro governador Tomé de Sousa. A coroa portuguesa e a igreja começam a colonizar e catequizar os índios, proporcionando a expansão da fé.

Os jesuítas faziam o trabalho de ensinar a ler e a escrever aos índios, colonos, pobres e colonizadores, com o objetivo de encontrar nos índios alguma vocação sacerdotal. Os jesuítas perceberam a dificuldade para converter os índios à fé católica, eles tinham que ensiná-los a ler e a escrever ao mesmo tempo. No ensino das primeiras letras, os jesuítas mostravam capacidade e eram responsáveis pela educação dos filhos dos senhores de engenho, dos colonos e dos índios, com isso eles iam aprendendo toda uma cultura dominada pelos jesuítas, uma cultura voltada para atender seus interesses. Os jesuítas impuseram sua cultura sem respeitar a cultura local, o papel desenvolvido por eles possibilitou que culturas inteiras fossem esmagadas sendo substituída por sua cultura.

Os jesuítas espalharam-se por todas as regiões do Brasil e em 1759 foram expulsos porque o seu ensino tradicional já não servia, precisava-se outra formação para o povo.

A educação elitista é um processo que exclui a maioria e forma a minoria, ou seja, é para formar a elite, o sujeito negro é excluído do processo de ensino, é proibido de receber qualquer tipo de educação, os índios ficaram apenas com a catequização. O acesso a escola era dificultado ao pobre, assim restava apenas uma pequena elite, não era toda que tinha acesso a educação porque a mesma era poder de sabedoria, por isso as mulheres e os primogênitos eram proibidos de estudar, com isso surgiu no campo educacional desigualdades educacionais, provocadas por desigualdades socioeconômicas. A educação nesse sentido era um privilégio onde poucos desfrutavam.

Com a expulsão dos jesuítas foram criadas pelo Marquês de Pombal as aulas régias e avulsas para substituir a escola dos jesuítas, essas aulas eram ministradas em função do rei, agora era do interesse do rei formar cidadãos obedientes a ele e não a igreja. Essas aulas eram autônomas e isoladas, tinham, um único professor e esses eram leigos, ou seja, professores que não tinham uma formação.

A educação no período colonial foi voltada exclusivamente para a elite, formando assim uma verdadeira elitização no campo educacional, não existia democratização nesse período porque a educação não era uma necessidade do povo.

A educação pouco podia contribuir para a ascensão dos membros daquela formação social; não existiam tão poucas possibilidades de participação política para qual a educação pudesse ser importante, além da religião, poucos eram os motivos que ativavam em favor de desenvolvimento do ensino (PAIVA, 1973, P.38).

A educação no período imperial teve início em 1822 e foi até 1889, estava voltada para a formação das elites dirigentes. Com a vinda da família Real para o Brasil o governo preocupou-se com o ensino secundário e superior. O Brasil passou por muitas modificações no campo da educação e foram criadas muitas instituições de ensino.

D. João VI instalou no Brasil uma biblioteca contendo milhares de exemplares, isso possibilitou uma melhoria no sistema educacional, a biblioteca ficava aberta para todo o público, notificou também o ambiente cultural no Brasil, abrindo os portos brasileiros permitindo o tráfego de navios de todas as nações, atraindo para o Brasil um grande número de intelectuais estrangeiros que possibilitou a criação de cursos superiores.

Todas as instituições implantadas por D. João VI serviram apenas para a elite que tinha como objetivo formar uma elite dirigente brasileira. a educação além de ser restrita as elites não permitiam que negros e mulheres tivessem acesso a educação escolar.

A expulsão dos jesuítas se deu com a reforma pombalina, que significa o sistema publico de ensino em Portugal e a aulas avulsas, aulas régias no Brasil. A reforma pombalina tinha como objetivo transformar a educação de Portugal, tirando do comando da igreja e colocando nas mãos do governo. Portugal não deixava o Brasil comercializar com outros países, Portugal comprava produtos a preços baixos no Brasil e vendia para outros países por preço muito altos.

Com a vinda da família Real para o Brasil, ela vai tentar construir algo muito parecido com Portugal, para que sua elite possa usufruir de todo conforto e status que tinha em

Portugal. A família Real vai investir na formação de seus membros e para isso vai criar cursos superiores e médios para organizar a educação da elite.

A educação no império mostrou o descaso para com a formação do povo, o ensino primário era organizado pelas províncias que não tinham interesse na formação dos pobres, esse ensino não era importante para a corte, pois não havia necessidade do ensino primário para cursar o secundário. Também houve um grande descaso em relação ao ensino profissional, não existiam incentivos por parte do governo para investir na qualificação dos professores, por isso eles eram escolhidos para exercer o cargo a partir de alguns princípios: eles tinham que ser maiores de idade; ter capacidade; ter uma boa conduta moral e geralmente eles tinham que prestar algum tipo de favor ao Estado.

O ensino secundário tinha como objetivo preparar os estudantes para ingressarem nos cursos superiores, sendo que estes eram compostos por aulas soltas sem organização de conteúdos.

A educação no tempo imperial não investia na classe trabalhadora porque o Brasil tinha que pagar juros a dívida externa com a Inglaterra e também porque ela priorizava a educação para a formação dos intelectuais, com o objetivo de futuramente ter uma representação política, discriminando o trabalho manual, acreditava-se que o enriquecimento do país só seria possível mediante o uso do trabalho intelectual.

O método Lancaster, caracteriza-se pela escolha de um aluno, o mais desenvolvido da sala, para ensinar um grupo de dez alunos, era uma espécie de monitor, um auxílio para o único professor existente na sala de aula. isto para suprir a falta de professores, havia um único docente para ensinar os alunos a ler, escrever e fazer cálculos.

Embora o Imperador desejasse tornar a educação acessível a todos, não foi possível, nem mesmo com o decreto das leis, pois, elas ficavam só no papel, não eram colocadas em prática, devido não haver recursos suficientes para os professores trabalharem em sala de aula. as escolas eram separadas uma para meninas e outra para meninos, só em 1880 que se transformou em escolas normais.

A preocupação, nesse período imperial, era que os estudantes passassem para o ensino superior mesmo com o primário e secundário sem muito aproveitamento. Para ingressar no ensino superior, o aluno comprovava a idade e fazia um exame de aptidão exigido e se aprovado já poderia ingressar no ensino superior.

O período Primeira República teve início em 1889 até 1930, também chamada República do Café, República Velha, é iniciada com a promulgação da constituição Republicana.

Na primeira República o poder passa a ser exercido pelo povo através dos seus representantes, agora o povo vai poder participar da estrutura de poder do país. Com isso surge no Brasil a necessidade do povo ser escolarizado, primeiramente por causa da democratização, porque o povo vai ter participação na política, assim eles precisam ter um mínimo de conhecimento para escolher seus representantes. Segundo porque o modo de economia passa a ser a industrialização e o operador precisa ter conhecimento para manusear as máquinas. Em terceiro porque com a urbanização do país o povo precisa ter um mínimo de conhecimento da leitura para poder deslocar-se dentro da cidade. Por isso a República foi marcada pelo período da democratização, urbanização e industrialização.

A primeira República foi comandada pelos republicanos, jovens de classe média, estudados e pelas oligarquias, pessoas que tinham o poder, um governo de poucos. Os ideais republicanos tinham muitos projetos para o Brasil como a federação democrática e a independência cultural que foram frustradas às vésperas da Revolução de 1930, o preço do café ficou muito baixo e surgiu a crise econômica no Brasil.

Vários fatos contribuíram para a frustração do ideal democrático: só podiam votar os maiores de 21 anos do sexo masculino; as eleições eram fraudadas, para manter sempre o mesmo grupo no poder, as eleitorais eram falsificadas, a mesma pessoa votava diversas vezes (PILETTI, 1991, P. 189).

A revolução de 30 foi um grande marco na primeira República porque ela buscou construir um Estado que pensasse, organizasse e trabalhasse para instalar o país industrial, urbano e democrático, a partir dessa revolução o Brasil entra na modernidade. Com a revolução de 30 separa-se religião e política. Getúlio Vargas foi o principal comandante dessa revolução, ele foi o presidente provisório de 1930 a 1934, o povo conquistou o direito do voto para ambos os sexos.

Em 1934 quando Getúlio Vargas passa a ser um governo eleito pela assembleia constituinte, ele elabora a constituição de 1934, a partir dessa constituição a educação passa a ser um direito de todos estabelecendo assim a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino do primeiro grau. “Gratuidade e obrigatoriedade aparecem juntas pela primeira vez na constituição de 1934, que em seu artigo 150 institui o ensino primário integral gratuito e a frequência obrigatória, extensiva aos adultos” (PILETTI, 1991, P.190).

Apesar de ser um direito do cidadão o acesso a educação, não havia vaga para todos estudarem na educação infantil, porque a demanda era muito grande e a educação infantil ficava a cargo dos municípios e não do Estado. A liberdade do ensino permitia que a educação funcionasse tanto a cargo do estado quanto a cargo do setor privado, permitindo o direito para que cada escola desenvolvesse uma dinâmica própria, onde cada professor poderia se expressar de forma que não prejudicasse a posição do outro, era preciso respeitar as diferenças dentro da sala de aula.

A partir da constituição de 1934 o Estado passou a investir na educação, o referido era obrigado a destinar recursos para manter os sistemas educacionais. No entanto, era preciso que as famílias também contribuíssem com a educação dos filhos, com estímulos para que eles vinhessem a ter um mínimo de interesse pelos estudos. Com a constituição de 1934 houve uma mudança quanto ao ensino religioso, este passou a não ser mais obrigatório.

Durante toda a República manteve a dualidade de sistemas educacionais, o governo federal se responsabilizava pelo ensino secundário e superior e o governo estadual se encarregava de manter o ensino primário e profissional que funcionava em péssimas condições. As universidades federais não tinham vagas suficientes para atender a demanda, isso dificultava que muitos tivessem acesso ao ensino superior.

De um lado, o sistema federal, cuja preocupação era a formação das elites, através dos cursos secundário e superior; do outro lado, os sistemas estaduais, limitavam-se a organizar e manter a educação das camadas populares o ensino primário e profissional de forma bastante precária (PILETTI, 1991, P.192).

Nesse período ocorreram grandes mudanças no Brasil: a crise da política defendida pelas oligarquias, o crescimento da burguesia, o incremento da industrialização e da democratização. O ensino secundário não tinha identidade própria, ele funcionava apenas para preparar o aluno para ingressar no ensino superior, prepara-lo para vida social e profissional. Quanto ao ensino normal, este não permitia o acesso dos professores ao nível superior, eles teriam que limitar seus estudos apenas com o médio normal. O curso técnico profissional era destinado às camadas pobres. O ensino superior permaneceu com algumas escolas isoladas, que ficava a cargo do governo federal.

A partir de 1920 aparecia pela primeira vez a ideia de educação no Brasil como um sistema nacional, onde as instituições de ensino deveriam funcionar como um ensino todo organizado, sequenciado, um espaço que contemplasse a educação primária até o ensino superior. Três fatores contribuíram, nessa época, para desenvolver os debates acerca da

educação, foram os seguintes: A Fundação de Associação Brasileira de Educação (ABE), era um espaço onde os educadores se reuniam para debater os problemas da educação, o Jornal do Estado de São Paulo, que denunciava a situação caótica da educação no Brasil e as reformas educacionais da década de 20 que deu início a um novo modelo de educação.

As reformas estaduais da educação popular influenciadas pelas ideias da década de 20 procurou reformar o sistema de ensino, pretendia ampliar o número de escolas para atender a todas as pessoas que tivessem idade para frequentá-la as escolas deveriam se organizar de acordo com as características sociais da população que ela atendia, ela deveria ser organizada de acordo com o meio onde os discentes estavam inseridos.

Surgiram também as ideias modernas de educação destacando três tipos de escola: a escola única, que seria uma única escola estadual obrigatória e gratuita para toda a população; a escola do trabalho, que seria uma escola voltada para a formação do indivíduo na sua condição de trabalhador; e a escola da comunidade, que seria uma escola onde haveria a participação da comunidade, onde os alunos aprenderiam as regras, comportamentos e valores sociais.

Segundo PAIVA (1973) “os índices de atendimento escolar na primeira República mantiveram-se mais o menos no mesmo nível do império apresentando-se como um forte motivo para a mobilização observada a partir da primeira guerra na área da educação”.

2. EFETIVIDADES DA DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A segunda República estendeu-se de 1930 até 1937. A revolução de 30 foi um momento histórico para a entrada do Brasil no processo de industrialização da economia, passando a exigir mais mão-de-obra especializada. Esse movimento de 30 também foi muito importante para o processo de democratização da educação, que deixa de ser um privilégio da elite e passa a ser um direito de todos. Em 1930 pela primeira vez a democracia passa a ser exercitada, a educação como direito de todos, começa a ser, realmente, praticada.

A democratização surge com os Republicanos. Dois pontos importantes aconteceram no processo de democratização: a criação do Ministério da Educação, a partir de então começa a pensar a educação como sistema, agora tem-se um órgão que vai cuidar e beneficiar, em termos de educação, o povo. Outro ponto foi o caráter democrático que assume a constituição de 1934, um capítulo dedicado à educação, onde integra a educação em todos os Estados.

A constituição de 1934 foi a primeira a incluir um capítulo especial sobre a educação, estabelecendo alguns pontos importantes: a educação como direito de todos; a obrigatoriedade da escola primária integral, a gratuidade do ensino primário; a assistência aos estudantes necessitados (PILETTI, 1991, P. 207).

Em 1931 surge pela primeira vez órgão federal central dedicado a promover a educação, a partir daí começa a pensar a educação brasileira enquanto um sistema que permite a continuidade dos estudos, juntamente com a constituição de 1934.

Em 1932 surge o manifesto dos pioneiros, é o primeiro importante documento feito a educação do Brasil, este foi liderado por homens que marcaram a educação no Brasil, sendo eles: Anízio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho. No documento eles relatam a precarização da educação no Brasil, apontam sugestões para melhorar a educação, argumentam que a educação tem primazia no Brasil, relatam que primeiro é preciso educar o povo para depois pensar na economia do país. Eles defendem uma escola gratuita para todos, deve ser mantida pelo Estado, deve ser de boa qualidade e defendem um único tipo de escola para todos. Para os pioneiros da educação não há democratização sem educação, no entanto, não há progresso do país sem democratização.

Um dos objetivos do manifesto dos pioneiros era a superação do caráter discriminatório e antidemocrático do ensino brasileiro, que destinava a escola profissional para os pobres e o ensino superior para a elite. Em relação ao ensino primário, secundário e superior o governo federal fica sendo responsável pela organização desse sistema de ensino.

O ensino secundário ganhou um caráter bem maior, além de preparar o aluno para o ensino superior, os alunos, agora, construíam conhecimentos que lhes eram úteis, aprendiam regras e comportamentos para viver em uma sociedade mais justa. Esse nível de ensino passou a ter dois pontos: um fundamental de cinco anos e outro complementar de dois anos.

O ensino superior passou a ser composto por diversos campos de saberes humanos, não haviam mais escolas isoladas de ensino superior.

O ensino superior passou por importantes modificações a partir de 1930. Com a criação das primeiras universidades, superou-se a fase das escolas isoladas, de caráter marcadamente profissional. A criação da Universidade de São Paulo, em 1934, tornou-se possível graças aos Estatutos das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19 851, de 14 de abril de 1931), atendia-se dessa forma, as reivindicações dos educadores que, principalmente a partir da década anterior, vinham insistindo na necessidade de se instituir o ensino universitário (PILETTI, 199, P.211).

O período do Estado Novo teve início no ano de 1937 até 1946. O grande marco nesse período foi o surgimento de uma nova constituição brasileira, a constituição de 10 de novembro de 1937. A orientação político-educacional para o mundo capitalista fica bem explícita em seu texto sugerindo a preparação de um maior contingente de mão-de-obra para as novas atividades abertas pelo mercado. Nesse sentido a nova constituição enfatiza o ensino pré-vocacional e profissional, marcando uma distinção entre o trabalho intelectual, para as classes mais favorecidas, e o trabalho manual, enfatizando o ensino profissional para as classes mais desfavorecidas. Assim, a constituição preconiza no artigo 129 que,

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpra-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais (BRASIL, 1937).

Por outro lado propõe que a arte, a ciência e o ensino sejam livres a iniciativa privada e a associação e pessoas coletivas públicas, tirando do Estado o dever da educação. Mantém ainda a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário, também dispõe como obrigatório o ensino de trabalhos manuais em todas as escolas normais, primárias e secundário, assim, a nova constituição determina no Artigo 130 que,

O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar (BRASIL, 1937).

Em 1942, por iniciativa do Ministro Gustavo Capanema, são reformulados alguns ramos de ensino. Estas reformas recebem o nome de leis orgânicas do Ensino, e são compostas pelos seguintes decretos-lei, durante o Estado Novo: o Decreto-lei 4.084, de 22 de janeiro, cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial- SENAI. O Decreto-lei 4.073, de 30 de janeiro, regulamenta o ensino industrial. O Decreto-lei 4.244, de 9 de abril, regulamenta o ensino secundário. O Decreto-lei 4.481, de 16 de julho, dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos industriais empregarem um total de 8% correspondente ao número de operários e matriculá-los nas escolas SENAI. O Decreto-lei 4.436, de 7 de novembro, amplia o âmbito Senai, atingindo também o setor de transportes, das comunicações e da pesca. O Decreto-lei 4.984, de 21 de novembro, compele que as empresas oficiais com mais de cem

empregados a manter por conta própria, uma escola de aprendizagem destinada a formação profissional de seus aprendizes. O ensino ficou composto nesse período por cinco anos de curso primário, quatro de curso ginásial e três de colegial, podendo ser na modalidade clássica ou científica. O ensino colegial perdeu o seu caráter propedêutico, de preparatório para o ensino superior, e passou a preocupar-se mais com a formação geral.

Outro Decreto foi o Decreto-lei 6.141 de 28 de dezembro de 1943, regulamentando o ensino comercial.

O período quarta República, ou República Nova estendeu-se de 1945 a 1964, ficou conhecido também como período da redemocratização, porque a partir de então o país desenvolveu-se bastante. Houve um grande avanço da participação popular nas decisões do país, o nível de industrialização estava bastante acelerado, muitas pessoas saíram da zona rural para trabalhar na zona urbana, estas empregavam-se nas fábricas. As pessoas começaram a reivindicar seus direitos, por isso ocorre o movimento popular, as classes populares começavam a perceber que sua socialização dependia do nível de escolaridade.

Nesse período o Brasil teve eleições diretas para todos os níveis, desde vereador a presidente da República, apenas os analfabetos não podiam votar,

Tratou-se de uma democracia limitada, com muitas restrições: o partido comunista foi posto em ilegalidade em 1947, apenas dois anos depois de sua legalização; os analfabetos não puderam votar; as desigualdades na distribuição de renda e da propriedade de terra tornavam quase impossível a participação dos mais pobres (PILETTI, 1991, P.217).

No campo educativo existiam poucas escolas e um número limitado de pessoas conseguiam estudar, apenas os alunos da elite, porque tinham acesso ao ensino secundário.

No campo educacional, a participação popular também avançou: o ensino técnico profissional, ao menos legalmente, sua equivalência com o secundário; a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional promulgada em 1961 foi discutida durante treze anos no Congresso Nacional; desenvolveu-se intensa luta no sentido de ampliar o acesso a escola pública e gratuita; difundiram-se campanhas e movimentos de educação popular, especialmente de alfabetização de adultos, entre os quais destacam-se o Método Paulo Freire (PILETTI, 1991, P.218).

O grande avanço do sistema escolar brasileiro e da legislação educacional foi à obrigatoriedade e gratuidade do ensino fundamental e médio oferecido pelos Estados e Municípios, o ensino técnico profissional conseguiu sua equivalência com o secundário.

Muitos níveis de educação ainda não estavam articulados entre si, como a passagem do segundo grau para o curso superior, que ocorre através de exames de conhecimento, e a passagem do primário para o secundário, também requer exames de conhecimentos, com uma boa possibilidade a aprovação dos discentes. Quanto ao ensino técnico profissional os alunos que concluíssem este, deveriam frequentar o ensino secundário, que tinha todos os privilégios, caso almejassem ingressar no ensino superior. A verdadeira equivalência só aconteceria com o surgimento da lei que ocorreu em 1961, que permitiu o ingresso no ensino superior para os alunos que concluíssem em qualquer nível de ensino.

A constituição de 1946 refletiu o processo de redemocratização do país, após a queda da ditadura Vargas. Em 1948 o Ministro Clemente Mariani apresenta a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, abrangendo todos os níveis, do primário ao superior, baseado em um trabalho confiado a educadores, o percurso desse projeto foi tumultuado e estendeu-se até 1961.

Mais o assunto que mais empolgou o congresso e que mais agitou a opinião dos educadores foi à liberdade de ensino. Duas correntes radicalizaram suas posições: a dos defensores da escola pública, representada principalmente pelos educadores filiados ao movimento da educação nova, e a dos defensores da escola privada, ligados aos meios católicos (PILETTI, 1991, P.220).

A lei 4024/61, foi a primeira lei estabelecida pela LDB, que garantiu o processo educacional em todos os níveis, começando do primário até o ensino superior, garantindo assim, a igualdade de tratamento por parte do poder público tanto para os estabelecimentos públicos quanto para os privados. Caberia ao poder público instituir escolas de todos os graus, garantir a gratuidade do ensino primário, garantiu à família a escolha sobre o tipo de educação que deveria ser dada aos filhos. A lei estabeleceu que o ensino fosse obrigação do poder público em oferecê-lo a sociedade, estabeleceu que os recursos públicos deveriam ser aplicados no desenvolvimento dos sistemas públicos de ensino.

A organização do ensino fixado na LDB na Lei 4.2024/01 manteve da seguinte forma: em relação a estrutura ficou estabelecido que o pré-primário era destinado ao público com idade de até sete anos, o primário teria duração de quatro anos, o médio teria duração de sete anos, sendo dividido em dois ciclos: o ginásial de quatro anos e o colegial de três anos. O ensino médio corresponderia ao ensino secundário, o técnico e o de formação de professores, estes apenas para exercer a função no ensino pré- primário e primário. Após concluir o ensino

médio o aluno teria direito de cursar o ensino superior, desde que fosse aprovado pelo exame. Quanto aos conteúdos curriculares, ficou estabelecido algumas disciplinas obrigatórias: português, História, Geografia, Matemática, Ciências e Educação Física.

A luta pela escola pública desenvolveu-se também nesse período, houve uma movimentação intensa dos sindicatos para que a educação fosse, realmente, um direito de todos, assim seria necessário aumentar o número de escolas públicas e gratuitas, porque as particulares eram exclusivamente restritas a determinadas classes sociais.

No período de 1965 a 1964 surgiram também movimentos da educação popular destinados a alfabetização de adultos, entre estes podemos destacar a campanha de alfabetização de adultos, onde estava sendo reivindicado orientações nos trabalhos de alfabetização e a participação do poder público em favor da campanha. Outro movimento liderado pela educação popular foi o movimento de Educação de Base, este foi liderado pela conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), onde eles reivindicavam a instalação de escolas radiofônicas. Também teve o movimento do Programa Nacional de Educação, este contava com a cooperação de diversos serviços em áreas diversas como as associações esportivas, entidades religiosas, empresas privadas, órgãos civis e militares, dentre outros.

A alfabetização de adultos foi baseado na utilização do sistema de Paulo Freire, onde o referido era coordenador do Programa Nacional de Educação (PNE). Paulo Freire, em seu método, mostra como os educadores devem lidar com as diferenças de gênero, de etnias, dentre outros. Trabalha a importância do fazer educação, baseado nas características do meio, trabalhava com as experiências vividas por cada sujeito dentro do seu meio, buscava uma educação comprometida com os problemas da comunidade, o local onde o povo vivencia experiências.

Paulo Freire observava o modo como as pessoas utilizavam as palavras, com isso ela estabelecia uma relação com estas utilizadas dentro da localidade de cada indivíduo e destas eram possível extrair as palavras geradoras, aquelas mais utilizadas no cotidiano dos sujeitos, essas palavras eram divididas em sílabas que formavam novas palavras. “A discussão das situações sugeridas pelas palavras geradoras permitia que o indivíduo se conscientizasse da realidade em que vivia e de sua participação na transformação dessa realidade, o que tornava mais significativo e eficiente o processo de alfabetização”. (PILETTI, 1991, P.226)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo bibliográfico realizado permitiu concluir que durante o período Colonial, Imperial, Primeira República, Segunda República, Estado Novo e Quarta República, ocorreram muitas mudanças na educação Brasileira. Durante o período colonial e imperial a educação Brasileira era reservada apenas para a elite, com o surgimento de ideias sobre a democratização da educação, que começou na primeira República, a educação passou a ser gratuita obrigatória e para todos. Mas, muitos avanços ficaram apenas no papel, a educação, apesar da constituição estabelecer como direito de todos, é pertinente destacar que pouco foi feito para que a educação, de fato, se tornasse um direito de todos. Outrossim, vale ressaltar que a educação é um direito de todos porém nem todos tem acesso aos mesmo conhecimentos e privilégios que determinados grupos sociais usufruem. Ainda existem na sociedade contemporânea desigualdades quanto um ensino de qualidade para todos os cidadãos brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, Maria Lúcia de. **História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil**. 3ª edição, São Paulo: Moderna, 2006.
- BRASIL, Constituição Brasileira, de 10 de Novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em 03/11/2012.
- PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 6ª edição, São Paulo, Loyola, 1973.
- PILETTI, Claudino Nelson. **Filosofia e História da Educação**. 9ª edição. São Paulo: Ática, 1991.
- RODRIGUES, Neidson. **Por Uma Escola Nova: O Transitório e o Permanente na Educação**. 5ª edição, São Paulo, Moderna, 2006.